

## A FRANÇA E A RIVALIDADE MILITAR COM A ALEMANHA – 1871-1914

### Uma questão demasiado grave para ser confiada a militares

A derrota na guerra franco-prussiana de 1870-71, a perda da Alsácia e de parte da Lorena e a humilhação decorrente da proclamação do 2.º Império Alemão na Sala dos Espelhos do palácio de Versalhes, lançaram entre a maioria dos Franceses a semente da desforra. Logo no decorrer do conflito, Karl Marx afirmara, premonitoriamente, que, «se a Alsácia e a Lorena forem anexadas, então a França fará mais tarde guerra à Alemanha, conjuntamente com a Rússia».<sup>1</sup> No íntimo da nação francesa, a ideia da recuperação das províncias perdidas passava a ser um sonho permitido mas que se não devia exteriorizar senão quando chegasse a ocasião oportuna. Léon Gambeta expressou essa ideia de forma imorredoura quando afirmou: *pensez-y toujours, n'en parlez jamais*.<sup>2</sup> Neste quadro, tornava-se evidente que, havendo uma guerra, a França estaria do lado oposto à Alemanha.

Nos anos seguintes à derrota, o “exame de consciência” a que a França se submeteu levou à generalizada conclusão de que o desastre militar se devera a uma longa negligência – a superioridade intelectual do alto-comando prussiano – e à subsequente surpresa. A postura inicial dos sucessivos governos será de um grande investimento nas Forças Armadas, começando, ainda no governo de Louis Adolphe Thiers, com a aprovação da Lei de Reorganização do Exército, de 27 de Julho de 1872. Seguiram-se diversas medidas visando melhorar alguns aspectos qualitativos, desde os respeitantes à acção de comando (criação da Escola Militar Superior, em 1876, designada, a partir de 1880, por Escola Superior de Guerra) até aos da aquisição de armamentos e equipamentos de elevada qualidade, passando pela manutenção de uma respeitável linha de fortificações ao longo da fronteira franco-germânica.

As reformas que irão decorrer nos 43 anos que vão de 1871 a 1914, por valiosas que tenham sido, não podem deixar de ser vistas como o resultado de um processo político nada estável, que, no mesmo espaço de tempo, implicou a sucessão de 41 ministros da Guerra. Segundo Thomasson, «salvo raras excepções, os ministros cujas leis e regulamentos militares faziam os chefes do Exército patenteavam uma mentalidade de “turista”. E esta observação é tão válida para os generais como para os civis que foram ministros da Guerra».<sup>3</sup>

Inicialmente, pondo em evidência a sua atitude defensiva, a França irá construir ou consolidar, ao longo das suas fronteiras, uma linha de fortificações de valor militar apreciável. Por razões óbvias, as de maior importância situavam-se defronte da fronteira alemã: Belfort, Épinal, Nancy, Toul e Verdun, inseridas em terreno bastante acidentado e, por conseguinte, mais favorável a quem defendia do que a quem atacava. O traçado da fronteira franco-germânica, imposto pelos tratados que, em 1815, regularam a situação criada pela queda de Napoleão, já fora concebido no sentido de dificultar uma acção ofensiva da França contra os estados alemães. Essa característica haveria de agravar-se na sequência da derrota de 1870-71, quando a Alsácia e boa parte da Lorena foram anexadas ao Império Alemão.

Mais para noroeste – mas de forma menos compacta –, a linha de fortificações continuava ao longo da fronteira belga: Mézières, Maubeuge, Lille e Dunkerque.

O esforço francês de fortificação das fronteiras foi visto do outro lado com criterioso sentido crítico. Tendo em atenção a forma como se desenrolaram as operações iniciais do Exército Alemão, em 1914, não é de mais realçar a importância do que, a esse propósito, anotou o general e historiador Colmar von der Goltz:

---

<sup>1</sup> JOLL, James, *Idem*, p. 47.

<sup>2</sup> Pensem sempre nisso, nunca falem disso.

<sup>3</sup> THOMASSON, Raoul de, *Le revers de 1914 et ses causes*, pp. 6-7.

Já chamámos a atenção para o extenso sistema de fortificações da França. Nas últimas décadas, as suas fronteiras orientais foram dotadas de uma rede de fortalezas e de fortificações, deixando apenas algumas brechas isoladas, cuja existência, por claras razões militares, é fácil de explicar. O processo de crescimento e melhoramento continua rapidamente e o problema de bloqueio de todas as estradas de acesso provenientes de leste e nordeste está praticamente resolvido.

Conhecemos as exigências de um exército, para viver e ser abastecido de todo o tipo de artigos, especialmente de munições. Nem é tão necessário para os próprios exércitos como o é para o seu sistema logístico que um certo número de estradas e caminhos-de-ferro se conservem desimpedidos. Isso demonstra que os Franceses não só perceberam que a principal superioridade dos Alemães se fundamenta numa *guerra de movimento rápido*, mas também que era difícil para a França chegar até nós de modo suficientemente rápido pela mesma forma, dado que isso exige um treino e uma educação apropriados em todos os níveis de comando.

A iniciativa e a independência desempenham aqui o papel principal, e estas não podem ser inculcadas em pouco tempo, requerendo, pelo contrário, o trabalho de muitos anos. Por isso decidiram renunciar a elas por algum tempo e privar os Alemães do seu particular elemento de força, barrando estradas e pontes com indestrutíveis trabalhos de fortificação, forçando-nos a um combate num espaço restrito.

Sobre a melhor forma de superar estes novos impedimentos, desde há muito que as opiniões têm vindo a diversificar-se. Uma era a favor da defensiva apoiada no Reno, de modo a não combater nas imediações da espinhosa linha de colinas fortificadas. Uma segunda favorecia o ataque, ignorando os fortes e seguindo para o objectivo seguinte. Uma terceira sugeria que se avançasse pelos intervalos, deixando reservas à retaguarda para os conquistar...[...] Uma quarta considerava suficiente um curto cerco, enquanto uma quinta considerava que um cerco formal era absolutamente necessário.<sup>4</sup>

Goltz, depois de fazer um estudo semelhante relativo às fronteiras orientais do Império alemão, embora concluindo que, aí, mesmo existindo fortificações, o terreno não era tão restritivo, deixa, em nota de rodapé, este significativo comentário:

Para dizer a verdade, portanto, a Alemanha é o único país que proporciona um teatro de operações adequado para uma guerra enérgica, destinada a alcançar um rápido desenlace. Mas também implica, neste aspecto, o nosso esforço para que nunca mais seja a arena da guerra, e que todos os seus combates sejam travados para lá das suas fronteiras.<sup>5</sup>

Conjugando o essencial destes dois trechos do seu texto, Goltz conclui:

Consequentemente, mesmo que numa guerra futura a capacidade de comando dos nossos exércitos e a bravura dos nossos soldados sejam o que sempre foram, mesmo assim teremos de estar cientes de que não é possível esperar um desenvolvimento identicamente célere, afortunado e de resultados imediatos, como sucedeu em 1866 e 1870.<sup>6</sup>

Esta análise, muito realista do ponto de vista táctico, permite deduzir que Goltz excluía a hipótese de, numa guerra contra a França, a tal guerra rápida poder ser materializada por uma larga manobra de envolvimento, em violação da neutralidade da Bélgica, país cujo território

---

<sup>4</sup> GOLTZ, Colmar von der, *Idem*, p. 84.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 85.

<sup>6</sup> *Ibidem*, pp. 85-86.

oferecia todas as condições necessárias para esse fim. Também não podia imaginar que, encontrando-se na situação de reserva, fosse, no início da guerra, chamado ao serviço para desempenhar, justamente, as funções de governador militar da Bélgica ocupada.

As reformas militares francesas, depois do entusiasmo inicial, foram diminuindo de intensidade. A pouco e pouco, a vontade política de reforçar os meios de defesa foi decaindo. As despesas militares absorviam um terço do orçamento da França, provocando uma sensação de gastos inúteis «para fazer face a uma hipótese que nunca mais se concretiza».<sup>7</sup> Para agravar um certo sentimento antimilitar emergente, a eclosão do caso Dreyfus veio assestar um duro golpe no respeito pelas Forças Armadas e na mobilização moral indispensável a uma sã cultura de defesa. A evolução dos efectivos do exército francês entre as duas guerras é elucidativa desta viragem: 450.000 em 1875, 615.000 em 1900 e 540.000 em 1905.<sup>8</sup>

A organização superior do exército também foi objecto de modificações, mas, até 1890, não existiu em França nada de semelhante ao Grande Estado-Maior alemão, porque, embora existindo um Estado-Maior Geral, nenhuma autoridade real se encontrava abaixo das Direcções das Armas, órgãos do Ministério da Guerra, isto é, da componente política. Não admira, por conseguinte, que nos primeiros 14 anos da existência, esse Estado-Maior tenha conhecido 12 chefes. Só no início de 1890 é que todas as instituições integrantes do Alto-Comando do Exército francês estão, finalmente, no seu devido lugar. No entanto, enquanto no exército alemão todo o poder se encontrava centralizado nas mãos do Chefe do Grande Estado-Maior, em França, o profundo receio dos golpes militares que se instalara nos políticos da III República fez com que o governo optasse por uma separação de poderes:

- Ministro da Guerra
- Ministério da Guerra (Direcções das Armas e Comissões várias)
- Estado-Maior do Exército
- Vice-Presidente do Conselho Superior de Guerra (que era, por inerência de funções, o presumido “generalíssimo”, em caso de guerra, e o Governador Militar de Paris).<sup>9</sup>

Deste modo, o Chefe do Estado-Maior do Exército e o futuro comandante do exército em tempo de guerra eram duas figuras distintas. Semelhante dispersão da autoridade colocava o sistema francês em clara desvantagem perante a máquina militar alemã, mas contribuía muito para que não existisse um cargo militar ao mais alto nível que acarretasse o especial prestígio de uma figura militar. Outro sinal da desconfiança do poder político relativamente a possíveis fenómenos de “cesarismo” foi a resistência oferecida à constituição de quartéis-generais do escalão exército-de-campanha com carácter permanente, situação que se arrastaria até ao início do século XX. O governo sentia-se mais seguro sabendo que era o ministro que dava ordens directamente aos comandantes dos corpos de exército.

Mas as desconfianças de alguns políticos relativamente ao aparelho militar iam além do receio de um golpe de Estado. Em 1886, o célebre político francês Georges Clemenceau estabeleceu uma das máximas mais citadas do pensamento antimilitar, embora nada tendo de pacifista ou moderador, como, erradamente, se pode pensar. Segundo afirmou então, a guerra seria «uma coisa demasiado grave para ser confiada a militares»<sup>10</sup>. Fanático opositor da cedência da Alsácia-Lorena à Alemanha, Clemenceau corporizava o desejo de vingança que, depois da derrota de 1871, haveria de fazer o seu caminho até aos campos de batalha de 1914. Daí que o que o famoso tribuno gaulês expressava com a sua conhecida frase não era mais do que uma grande desconfiança relativamente ao patriotismo e à competência dos oficiais

---

<sup>7</sup> DE GAULLE, Charles, *Idem*, p. 215.

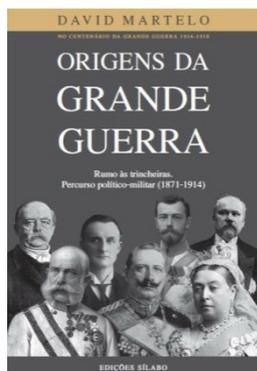
<sup>8</sup> DE GAULLE, Charles, *Idem*, p. 216.

<sup>9</sup> QUELOZ, Dimitry, *De la manœuvre napoléonienne à l'offensive à outrance*, pp. 49-50.

<sup>10</sup> *La guerre est une chose trop grave pour être confiée à des militaires.*

franceses. Esse cenário de perigosa desconfiança haveria de proporcionar, de resto, o conhecidíssimo e não menos lamentável “caso Dreyfus”.

David Martelo – 2013



Leitura complementar